



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2046, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a conceder reajuste nos valores de ajuda de custo aos pacientes atendidos na rede pública, conveniada ou contratada do Sistema Único de Saúde que realizam Tratamento Fora do Domicílio e seus acompanhantes e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a conceder reajuste nos valores de ajuda de custo aos pacientes atendidos na rede pública, conveniada ou contratada do Sistema Único de Saúde que realizam Tratamento Fora do Domicílio e seus acompanhantes, além dos valores repassados por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA/SUS, conforme Anexo I.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
02.04.36.03.10.302.4005.2.309.3.3.90.33.00.00.1500.000.1002.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

Anexo I

Procedimento	Descrição da Ajuda de Custo	Código da Origem	Valor
08.03.01.001-0	Alimentação/pernoite de paciente	A.07092044	R\$ 40,00
08.03.01.002-8	Alimentação de paciente sem pernoite	A.07062036	R\$ 15,00
08.03.01.003-6	Alimentação/pernoite de paciente (para tratamento CNRAC)	A.07062044	R\$ 40,00
08.03.01.004-4	Alimentação/pernoite acompanhante de	A.07062044	R\$ 40,00
08.03.01.005-2	Alimentação de acompanhante sem pernoite	A.07062036	R\$ 15,00
08.03.01.006-0	Alimentação/pernoite acompanhante de	A.07062044	R\$ 40,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2047, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a alteração do número de vagas do cargo de Fisioterapeuta”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º O número de vagas do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, previsto no Anexo I da Lei nº 1547, de 23 de agosto de 2019, com redação dada pela Lei nº 1600, de 28 de abril de 2020, fica alterado para 14 (quatorze), mantida a carga horária semanal, valor do vencimento e a escolaridade exigida.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2048, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Autoriza o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, na forma que especifica.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a celebrar termo de fomento com a Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, inscrita no CNPJ nº 22.229.389/0001-84, com sede na Rua Peru, nº 81, Bairro Trevo, nesta Cidade de Monte Carmelo/MG, CEP: nº 38.500-000, para repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), em parcela única, conforme art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Parágrafo único. A efetivação do repasse na forma estabelecida no caput ficará condicionada ao atendimento de todas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 2653/2023.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da presente Lei, será aberto crédito especial no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI Nº 2049, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Autoriza a abertura de crédito especial na forma que especifica e dá outras providências.”

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), visando a criação de dotação orçamentária conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	25 - Secretaria Municipal de Educação		
Subunidade	03 - Departamento de Educação		
Função	12 - Educação		
Subfunção	361 - Ensino Fundamental		
Programa	4010 - Educação Básica com Qualidade Para Todos		
Projeto/Atividade	2.239 - Repasse Recursos Financeiros para ADEMC		
Elemento	4.4.50.52.00.00 - Equipamentos e	Fonte de Recursos: 1.500 - Recursos não vinculados de Impostos	Valor: R\$ 140.000,00
	Material Permanente		



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será(ão) utilizada(s) como fonte(s) de recursos a anulação parcial e/ou total do orçamento vigente conforme detalhado abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	20 - Secretaria Municipal da Fazenda
Sub Unidade	00 - Secretaria da Fazenda
Função	04 - Administração
Subfunção	123 - Administração Financeira
Programa	4001 - Governo P/ Todos C/ Respons. Eficiência e Transparência
Projeto/Atividade	2.185 - Gestão das Ações da Secretaria da Fazenda
Elemento	3.3.90.93.00.00- Indenizações e Restituições
	Fonte de Recursos: 1500 - Recursos não vinculados de Impostos
	Valor: R\$ 140.000,00

Art. 3º Fica incluso no Programa 4010 - Educação Básica com Qualidade Para Todos, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2022-2025 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei conforme determina no art. 3º da Lei nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal nº 1821, de 28 de junho de 2022, o Projeto/Atividade: 2.602 - Repasse Recursos Financeiros para ADEMC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2050, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no exercício 2023, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 126.534,11 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e onze centavos), visando a criação de dotações orçamentárias conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes
Subunidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural
Função	13 - Cultura
Subfunção	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura
Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022
Elemento	3.3.90.35.00.00- Serviços de Consultoria
	Fonte de Recursos: 1716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 8º - Demais Setores da Cultura
	Valor: R\$ 6.326,71
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes
Subunidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural
Função	13 - Cultura
Subfunção	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura

Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022
Elemento	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física
	Fonte de Recursos: 1716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 8º - Demais Setores da Cultura
	Valor: R\$ 36.062,22
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes
Subunidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural
Função	13 - Cultura
Subfunção	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura
Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022
Elemento	3.3.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
	Fonte de Recursos: 1716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 8º - Demais Setores da Cultura
	Valor: R\$ 84.145,18

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 1716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 8º - Demais Setores da Cultura;

II - Total Geral: R\$ 126.534,11 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e onze centavos).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4095 Monte Carmelo em Cultura, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2022-2025 as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei conforme determina no art. 3º da Lei nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal nº 1821, de 28 de junho de 2022, o Projeto/Atividade 2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2051, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Autoriza a abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no exercício 2023, na forma que especifica e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional de natureza especial no orçamento do Município, no valor de R\$ 312.363,26 (trezentos e doze mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos), visando a criação de dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	02 - Prefeitura Municipal
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes
Subunidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural
Função	13 - Cultura
Subfunção	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722

Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura		
Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022		
Elemento	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	Fonte de Recursos: 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 5º - Audiovisual	Valor: R\$ 15.618,16
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes		
Subunidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural		
Função	13 - Cultura		
Subfunção	391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura		
Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022		
Elemento	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Fonte de Recursos: 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 5º - Audiovisual	Valor: R\$ 89.023,53
Órgão	02 - Poder Executivo		
Entidade	02 - Prefeitura Municipal		
Unidade	08 - Sec. Munic. Juventude Cultura e Esportes		
Sub Unidade	04 - Fundo Munic. de Preservação Patrimônio Cultural		
Função	13 - Cultura		
Subfunção	391- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
Programa	4095 - Monte Carmelo em Cultura		
Projeto/Atividade	2.601 - Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022		
Elemento	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte de Recursos: 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	Valor: R\$ 207.721,57

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza especial aberto por esta Lei, será utilizada como fonte de recurso o excesso de arrecadação apurado no exercício corrente, observada a respectiva destinação conforme especificado abaixo:

I - Fonte de Recursos: 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - art. 5º - Audiovisual;

II - Total Geral: R\$ 312.363,26 (trezentos e doze mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º Fica incluso no Programa 4095 - Monte Carmelo em Cultura, no PPA do Município de Monte Carmelo para 2022-2025, as ações orçamentárias (Projetos/Atividades) citadas no art. 1º desta Lei conforme determina no art. 3º da Lei nº 1765, de 21 de dezembro de 2021.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, Lei Municipal nº 1821, de 28 de junho de 2022, o Projeto/Atividade 2.601- Incentivo Cultural Lei Paulo Gustavo - Lei Complementar nº 195/2022.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 2052, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não tributários da Administração Direta e dá outras providências."

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes e devedores da Fazenda Pública Municipal da Administração Direta que efetuarem o pagamento de seus débitos tributários e não tributários ou firmarem termo de confissão de dívida para pagamento parcelado, nos termos desta Lei.

Art. 2º Os débitos tributários e não tributários de que trata a presente Lei são os considerados vencidos até o ano fiscal de 2023, ou seja, 31/12/2023, e que tenham valor igual ou superior a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), os quais poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) vezes, permanecendo como fator de atualização dos débitos o índice relativo ao INPC, com os seguintes descontos nos juros e multas:

I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;

II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;

III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 12 (doze) parcelas.

Art. 3º Os contribuintes e devedores com débitos inferiores a R\$ 9.000,00 (nove mil reais), que confessarem seus débitos, poderão firmar termo de parcelamento para pagamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, de forma mensal, podendo ser concedidos os seguintes descontos nos juros e multas:

I - 100% (cem por cento) para pagamento à vista;

II - 60% (sessenta por cento) para pagamento em até 04 (quatro) parcelas;

III - 40% (quarenta por cento) para pagamento em até 8 (oito) parcelas;

IV - 0% (zero por cento) para parcelamentos acima de 8 (oito) parcelas.

Art. 4º Os benefícios previstos nos arts. 2º e 3º serão estendidos aos contribuintes e devedores cobrados em juízo, desde que, se tiverem embargado a execução ou de qualquer forma impugnado a pretensão do Município, desistam dos embargos ou impugnação e efetuem o pagamento do débito.

§ 1º O parcelamento efetuado nos termos desta Lei abrangerá o principal, juros, multa, atualização monetária e demais encargos previstos em lei ou contrato, apurados à época de sua concessão, inclusive aquele constituído somente de multa isolada por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 2º O parcelamento concedido deverá ser pago mensalmente, em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data do deferimento do requerimento, sem prazo de carência, sendo que cada parcela não terá valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

§ 3º O não cumprimento do referido termo de parcelamento, nos termos desta Lei, com atraso por prazo superior a 60 (sessenta) dias consecutivos ou por 02 (duas) parcelas alternadas, ensejará a perda dos benefícios de redução de juros e multa moratória, hipótese em que o débito voltará aos valores confessados e revestir-se-á de aptidão para a imediata execução fiscal a ser promovida pelo Município.

§ 4º As reduções ou descontos de que trata esta Lei não se acumulam com outros previstos na legislação tributária em razão da data de pagamento, nem com qualquer outro benefício de mesma natureza.

§ 5º O crédito tributário de que trata este artigo será atualizado até a data do efetivo parcelamento.

§ 6º Os benefícios previstos neste artigo não alcançam as importâncias já recolhidas.

§ 7º Os contribuintes que parcelarem seus débitos terão certidão positiva com efeito de negativa, com prazo de validade não superior a 60 (sessenta) dias, somente após o pagamento da 1ª (primeira) parcela, que deverá ser efetuado no ato de deferimento do requerimento.

Art. 5º O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas, quando:

I - em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, houver venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive, a liquidação do saldo remanescente deverá preceder à respectiva transmissão do bem;

II - em qualquer caso, houver declaração de falência ou recuperação judicial;

III - houver inadimplência no pagamento das parcelas.

Parágrafo único. O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta Lei implica desistência e cancelamento automático, com restabelecimento pleno da dívida e restauração das deduções eventualmente concedidas, subtraídos os valores pagos.

Art. 6º O pedido de parcelamento importa confissão irretratável e extrajudicial do débito e implica expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência em relação àqueles já interpostos.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722

Art. 7º O devedor poderá promover a liquidação antecipada, total ou parcial, do crédito parcelado.

Art. 8º Os créditos objeto de parcelamentos pretéritos efetivados antes da vigência desta Lei poderão, uma única vez, no interesse e conveniência do contribuinte, ser objeto de novo parcelamento, observados os critérios, limites e condições desta Lei, consolidando-se o saldo devedor atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

Art. 9º Na hipótese de ação judicial ajuizada pelo contribuinte, a concessão do benefício de que trata esta Lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, se for o caso.

Art. 10º Às dívidas tributárias já prescritas dar-se-á a respectiva baixa no sistema e, por consequência, não poderá haver recusa à emissão de certidão negativa de débito (CND).

Art. 11º Os contribuintes e devedores da Fazenda Municipal poderão utilizar-se dos benefícios desta Lei até 31 de agosto de 2024.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2703, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Fixa o percentual de atualização monetária da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU para o exercício de 2024."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de recompor a base de cálculo do IPTU;

CONSIDERANDO o disposto no art. 97, § 2º, da Lei Federal nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional);

CONSIDERANDO que a variação do IPCA/IBGE do período compreendido entre 12/2022 a 11/2023 foi de 4,683540%;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a atualização monetária de 4,683540%, que incidirá sobre os valores venais de imóveis urbanos constantes da Planta Genérica de Valores aprovada pela Lei Complementar nº 82, de 30 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. A atualização monetária a que se refere o caput será considerada para fins de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU a partir do exercício de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2704, DE 19 DEZEMBRO DE 2023.

"Dispõe sobre o cálculo, arrecadação e forma de pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, para o exercício 2024".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, particularmente as que lhe conferem a Lei Complementar nº 082, de 30 de dezembro de 1997, e Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que a área tributável do Município é constituída de 10 (dez) zonas fiscais, conforme Tabela 01 do Anexo da Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO que o art. 44, § 3º, da Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017, determina que a distribuição dos bairros dentro de cada zona fiscal se dará anualmente por Decreto do Executivo;

CONSIDERANDO que o art. 61 da Lei Complementar nº 50/2017 dispõe que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado anualmente, respeitada a situação física do imóvel na data do cálculo;

CONSIDERANDO que o art. 64 da referida lei prevê as formas de pagamento do referido tributo, consistentes em parcela única ou 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas;

CONSIDERANDO que o dispositivo supracitado estabelece no §1º que o IPTU será pago a partir de 10 de junho de cada ano;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer as datas de vencimento para o exercício de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada para o exercício de 2024, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 082/1997, com alterações dadas pela Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017, a área tributável do município, com a seguinte distribuição:

ZONAS	BAIRROS
01	CENTRO
	CONDOMÍNIO GOMES AGUIAR
	L.A.C. GOMES AGUIAR II
	L.A.C. ARARAS
	L.A.C. MATA DA NASCENTE
	L.A.C. RESIDENCIAL DA MATA
	L.A.C. GOLDEN PARK
	RESIDENCIAL RECANTO DO ARARI
02	RESIDENCIAL JARDIM DO CERRADO
	BATUQUE
03	BATUQUE IV
	TAMBORIL
04	LANGONI
	JARDIM ZENY
	PROLONGAMENTO JARDIM ZENY
	RESIDENCIAL JARDIM ZENY II
	BATUQUE NOVO
	RESIDENCIAL JUNDIAÍ
	BELVEDERE
	BELVEDERE II
	DONA QUITA
	EXPANSÃO BAIRRO BELVEDERE
	BELO HORIZONTE
	VILA NOVA
	EXTENSÃO B. VIRGÍLIO ROSA
	PROGRESSO
	VIRGÍLIO ROSA
	RESIDENCIAL VIRGÍNIA ROSA
	TRIÂNGULO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722

05	JARDIM DOS IPÊS MORADA NOVA LAMBARI/RESIDENCIAL LAMBARI RESIDENCIAL PINHEIRO
06	BOA VISTA IV CAMPOS ELÍSEOS CIDADE JARDIM III MUNDO NOVO I RESIDENCIAL COSTA SUL CATULINA M. DE CASTRO I CATULINA M. DE CASTRO II CATULINA M. DE CASTRO III VILLA ITÁLIA VILLA ITÁLIA II NOSSA SENHORA DE FÁTIMA PLANALTO RESIDENCIAL BELA SUIÇA RESIDENCIAL BELA SUIÇA II RESIDENCIAL JOÃO TEODORO BORGES RESIDENCIAL PLANALTO RESIDENCIAL RUI BARBOSA
07	CIDADE JARDIM CIDADE JARDIM II DO CARMO DO CARMO II DO CARMO III DO CARMO IV BOA VISTA BOA VISTA II BOA VISTA III VIVENDAS DO BOSQUE MUNDO NOVO II
08	DISTRITO INDUSTRIAL AEROPORTO AEROPORTO II AEROPORTO III
09	IPIRANGA JARDIM BOUGANVILLE OPERÁRIO RESIDENCIAL JARDIM IPIRANGA II ALTO DA BOA VISTA RESIDENCIAL BELA ITÁLIA NOSSO RECANTO JARDIM MONTREAL JARDIM AMÉRICO VILA DOURADA ARTHUR ROSA PENA CONJ. HABIT. JARDIM UNIÃO CARMELITANA JARDIM ORIENTE SANTA RITA DE CÁSSIA SANTA RITA DE CÁSSIA II SANTA RITA DE CÁSSIA III SIDÔNIO CARDOSO NAVES EXPANSÃO URBANA MANSÕES FIDALGAS ALTO DA LAGOINHA RESIDENCIAL CAMPESTRE CHÁCARAS DO TREVO CHÁCARAS JARDIM ORIENTE FIDALGO LAGOINHA SANTO AGOSTINHO SÃO SEBASTIÃO LAGOINHA III
10	ALTO VILA NOVA DO TREVO MORADA DO SOL MORADA DO SOL II CELSO BUENO

Art. 2º O valor venal do imóvel será a soma do valor do terreno e da edificação.

Art. 3º Para efeito de cálculo do valor venal territorial serão considerados os valores padrão estabelecidos na Tabela 01 do Anexo I, bem como os fatores de esquina (número de testadas) apresentados na Tabela 03 e de Topografia,

apresentados na Tabela 04 do Anexo I, ambas do Código Tributário Municipal, que comporão o cálculo a partir da multiplicação do valor padrão do metro quadrado pelo fator de esquina, pelo fator de topografia, vezes trinta, multiplicado pelo resultado da raiz quadrada do coeficiente encontrado a partir da multiplicação da área total do terreno pela fração ideal da unidade, pela metragem da testada dividido por trinta.

Art. 4º Para efeito de cálculo do valor venal predial serão considerados os valores padrão estabelecidos na Tabela 05 do Anexo I, os coeficientes de conservação determinados na Tabela 06 do Anexo I, bem como a pontuação das características da construção do imóvel, dispostas na Tabela 07 do Anexo I, todas do Código Tributário Municipal, que comporão o cálculo a partir da multiplicação da área construída pelo valor do metro quadrado do tipo de construção pelo fator de conservação correspondente ao estado do imóvel, pela soma, em percentual, das características do imóvel.

Art. 5º Para efeito de cobrança do IPTU para os imóveis edificados, residenciais ou não residenciais, no exercício 2024, o valor venal do prédio será reduzido em 70% (setenta por cento).

Art. 6º Para efeito de cobrança do IPTU, no exercício 2024, em todos os casos o valor venal do terreno sofrerá redução de 60% (sessenta por cento).

§ 1º Mediante requerimento, poderão beneficiar-se de desconto de até 50% (cinquenta por cento) no valor do imposto os imóveis tombados como patrimônio histórico ou cultural do município, desde que perfeitamente preservados e restaurados.

§ 2º No caso de área particularmente desvalorizada em virtude de configuração muito irregular ou acidente topográfico desfavorável, como a existência de córrego, sanga, pedreira, talude exagerado, alagamento ou inundação, no mínimo durante 06 (seis) meses, ou ainda outros acidentes que concorram para depreciação de modo permanente ou periódico, depreciando de maneira exorbitante a avaliação, aplicar-se-á uma redução no valor venal até o limite de 50% (cinquenta por cento).

Art. 7º Para o exercício de 2024, o IPTU terá as opções de pagamento e descontos de antecipação conforme especificações abaixo:

I - cota única com vencimento para o dia 10 de junho de 2024, com desconto de 10% (dez por cento);

II - pagamento em até 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o calendário abaixo:

Ordem	Parcela	Vencimento
1	Primeira Parcela	10/06/2024
2	Segunda Parcela	10/07/2024
3	Terceira Parcela	12/08/2024
4	Quarta Parcela	10/09/2024

Art. 8º Quando não emitido na época própria, por qualquer razão, o imposto será lançado tão logo se constate o fato, podendo ser arrecadado em até 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas.

Parágrafo Único. O recolhimento da 1ª (primeira) parcela mensal, prevista no caput deste artigo, vencerá 15 (quinze) dias corridos após a inclusão e/ou alteração no cadastro imobiliário.

Art. 9º Os juros e as multas moratórias serão calculados sobre o montante do tributo corrigido monetariamente.

§ 1º O atraso no pagamento de cada parcela incidirá, a título de multa, o percentual referente a 2% (dois por cento).

§ 2º O percentual de juros moratórios será de 1% (um por cento) ao mês, contado da data de vencimento do tributo.

Art. 10º Para o IPTU no exercício 2024 ficam mantidas as Tabelas 01 e 05 do Anexo I do Código Tributário Municipal, com redação dada pela Lei Complementar nº 50, de 28 de dezembro de 2017.

Art. 11º Revogam-se os Decretos nos 2594, de 28 de dezembro de 2022, e 2645, de 15 de junho de 2023.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor em 01 de janeiro de 2024.

Monte Carmelo/MG, 19 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2705, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Monte Carmelo ao Padre Marcelo Marins Gonçalves.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 70, XLII, da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO que o Título de Cidadão Honorário será conferido pelo Chefe do Poder Executivo às pessoas não naturais de Monte Carmelo que tenham prestado relevantes serviços ou contribuído de forma significativa para o crescimento, desenvolvimento e reconhecimento do município no cenário regional e nacional, nos termos da Lei nº 1971, de 01 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO que o Pe. Marcelo Marins Gonçalves, natural de Patos de Minas, iniciou sua caminhada vocacional em 10/02/2000 e foi ordenado padre em 25/06/2011;

CONSIDERANDO que o mencionado pároco é o responsável pela administração e direção espiritual da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, nesta cidade, desde 03/02/2018, destacando-se por seu espírito de liderança;

CONSIDERANDO a relevância de lideranças que inspiram, motivam e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, humana, acolhedora e solidária;

CONSIDERANDO que sua destacada atuação é de conhecimento público e notório;

CONSIDERANDO a importância de exaltar os cidadãos que promovem o respeito recíproco e a convivência pacífica e harmoniosa entre os membros da comunidade;

CONSIDERANDO que há manifesto interesse do Município de Monte Carmelo em reconhecer publicamente a relevância de suas ações;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Padre Marcelo Marins Gonçalves.

Art. 2º O Título de Cidadão Honorário será entregue em sessão solene a ser designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 20 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2706, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Estabelece dia de ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o feriado de Natal em 25 de dezembro de 2023 (segunda-feira), data marcada por comemoração festiva tradicional e confraternização familiar;



DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o dia 22 de dezembro de 2023 (sexta-feira) como ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 2º Fica assegurada a manutenção dos serviços considerados essenciais e imprescindíveis, a critério das autoridades competentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 20 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.338, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

“Designa os membros do Conselho Municipal de Educação, na forma que especifica.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal 9.394/96 e na Lei Municipal 073/97,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros do Conselho Municipal de Educação, para desempenhar suas atribuições pelo mandato de 02 (dois) anos, referente à Gestão 2023-2025, conforme eleitos por seus pares e abaixo discriminados:

I. Representante dos Diretores ou Coordenadores da Rede Municipal de Ensino:

- a) Titular: Ariana Rodrigues de Oliveira Miranda;
- b) Suplente: Luciene Rocha Mundim Pena.

II. Representante dos diretores da Rede Estadual de Ensino:

- a) Titular: Cristiano Soares de Souza;
- b) Suplente: Vera Alves Faleiros.

III. Representantes dos Diretores ou Coordenadores da Rede Particular de Ensino:

- a) Titular: Maristela Bernardes Catiste;
- b) Suplente: Maria Marta Chaves Nascimento;
- c) Titular: Maria Simone de Lima Couto;
- d) Suplente: Maria Luiza Soares.

IV. Representante da APAE:

- a) Titular: Thaise Machado Cardoso;
- b) Suplente: Fabiana Aparecida Martins.

V. Representante da Superintendência Regional de Ensino e/ou Inspectores Escolares:

- a) Titular: Erica Martins Queiroz;
- b) Suplente: Juliana Nunes Davi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 15/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.339, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Altera a Portaria nº 12.484, de 09 de janeiro de 2023."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 12.484, de 09 de janeiro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I - (...)

II - Marco Túlio Salgado Gama, Membro Titular, e Daniel Izaías Alves, Membro Suplente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 18/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 18 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.340, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Exonera servidor(a) que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar CARLA BORGES PEREIRA, matrícula 442473, ocupante do cargo de COORDENADOR(A) – DAD-01, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 14/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 19 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.341, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Faz contratação que especifica".



O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar MAURICIO DOS SANTOS SILVA, matrícula 442486, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 08/12/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 19 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.342, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Exonera servidor(a) que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ODIRLAM SILVA DOS SANTOS, matrícula 442466, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 04/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 19 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.343, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Faz exoneração a pedido de servidor(a)".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, ROSANY DANIELE MONTES, matrícula 441257, ocupante do cargo de COORDENADOR(A) – DAD-01, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 19 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.344, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

"Faz exoneração a pedido de servidor(a)."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, RICARDO DE CASTRO SILVA, matrícula 281, ocupante do cargo de DIRETOR(A) GERAL do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 18/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 20 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 13.345, DE 20 DE DEZEMBRO 2023.

"Delega competência a servidor que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a exoneração a pedido do Sr. Ricardo de Castro Silva que ocupava o cargo de Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, conforme Portaria nº 13.344/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Delega competência ao servidor ANDERSON PIRES, matrícula 13420, ocupante do Controlador Interno, para desempenhar as atribuições de DIRETOR GERAL no DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE DE MONTE CARMELO, com a prerrogativa de realizar todos os atos discricionários e legais para tanto, no período de 18 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 18/12/2023.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 20 de dezembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE JUSTIFICATIVA. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO. PROCESSO Nº: 10/2023. Objeto: refere-se ao Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, para formalização de parceria com a Associação Rural da Comunidade de Mata das Perobas inscrita no CNPJ de nº 00.164.690/0001-14, a fim de possibilitar a transferência de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento econômico-rural em apoio à comunidade, à agricultura familiar e aos pequenos produtores, agricultores do município de Monte Carmelo conforme Lei Municipal nº 2.011, de 07 de novembro de 2023. **Valor:** R\$ 11.643,25 (onze mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos). **Período:** exercícios de 2023-2024. **Tipo de Parceria:** Termo de Fomento. **Vigência:** 12 meses. **Público-alvo:** pequenos produtores rurais, agricultores familiares. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, considerando o disposto no art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a Lei Municipal Autorizativa nº 2.011/2023, face à existência de interesse público para a celebração do Termo de Fomento torna pública a justificativa do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 10/2023, conforme § 5º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, e do inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe que a parceria que decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária será objeto de processo de inexigibilidade de chamamento público. Constituem objetivos da referida parceria: a) promover e incentivar a agricultura familiar e as atividades de pequenos produtores; b) estimular e melhorar as condições socioeconômicas das comunidades rurais; c) facilitar por meio da união de esforços entre o Município e a sociedade o acesso à materiais, equipamentos, recursos humanos e assistenciais; d) prestigiar, estimular e contribuir com as iniciativas que beneficiam a comunidade rural; e) promover a igualdade e isonomia por meio de ações que permitam que os agricultores familiares e os pequenos produtores tenham condições de produzir e competir no mercado consumidor; f) contribuir para a ampliação da renda da comunidade rural. **Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal nº 2.653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, nº 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.** Monte Carmelo/MG, 21 de dezembro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 3º (terceiro) Termo Aditivo que entre si celebraram o Município de Coromandel/MG, inscrito no CNPJ nº 18.591.149/0001-58, e o Município de Monte Carmelo/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, para fins de prorrogação do Convênio de Cessão do Servidor Municipal Carlos Antônio Resende. **Objeto:** 1.1 a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Convênio para a Cessão do servidor Carlos Antônio Resende, com fundamento no art. 3º do Decreto nº 069, de 21 de janeiro de 2021. 1.2 O prazo de vigência fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024. **Vigência:** a partir da data de sua última assinatura eletrônica, a qual ocorreu em 21/12/2023.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 21 de dezembro de 2023

Ano XVII

nº 2722



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO ADITIVO: 3º (terceiro) Termo Aditivo que entre si celebram o Município de Coromandel/MG, inscrito no CNPJ nº 18.591.149/0001-58, e o Município de Monte Carmelo/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.593.103/0001-78, para fins de prorrogação da cessão da servidora municipal Laureda Maria de Assunção. **Objeto:** 1.1 a prorrogação do prazo de vigência do Convênio que autoriza a cessão da servidora Laureda Maria de Assunção, com fundamento no art. 3º do Decreto nº 2460, de 15 de setembro de 2021. 1.2 O prazo de vigência fica prorrogado até 31 de dezembro de 2024. **Vigência:** a partir da data de sua última assinatura eletrônica, a qual ocorreu em 21/12/2023.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: ROSILÉJA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSO: www.montecarmelo.mg.gov.br